

AS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS EM SALVADOR ENTRE 1888 E
1916

Meire Lúcia Alves dos Reis

Doutoranda História Social, UFRJ

reismeire@uol.com.br

Esse texto pretende discutir o trabalho no pós-abolição, especialmente, o de mulheres em Salvador entre 1888 e 1916 a partir de notícias do Diário de Notícias (DN) e de autos de infração. Demarcamos a partir das fontes as múltiplas ideias sobre o trabalho, destacando a oposição entre “subalterno” e “intelectual”, divisão social do trabalho e as hierarquias raciais. Também buscamos evidenciar como a infância e a violência é parte presente da experiência do trabalho vivenciado pelas mulheres.

Salvador era uma cidade costeira que recebia pela Baía de Todos os Santos muitas mercadorias, principalmente as que vinham do Recôncavo, era uma cidade do serviço, com a sobrevivência de pequenas roças nas áreas mais afastadas do centro urbano, com pequenas fábricas de tecidos, e um grande empório de tecidos que era a indústria de Luiz Tarquínio onde várias mulheres trabalhavam. A população se concentrava no artesanato ou no comércio pequeno, era uma economia pouco diversificada e com poucos postos de trabalho (SANTOS, 2001), portanto, a população precisava criar várias possibilidades de sobrevivência.

Segundo Alberto Heráclito Ferreira as mulheres trabalhavam em diversas áreas, vendiam comidas prontas, ou viveres, eram lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, chapeleiras, costureiras, babás entre outras, executavam vários trabalhos em torno dos lares de pessoas mais abastadas (FERREIRA, 1996, 57). Podiam abrir pequenas quitandas em suas casas, ocupando parte de uma sala ou quarto, ou pôr tabuleiros em frente de suas casas e mercar. É importante ressaltar que muitas tinham que cuidar dos filhos, já que sustentavam a si e a sua prole, geralmente sem a participação dos homens. A responsabilidade de cuidar da família ainda era efetivamente das mulheres.

Joan Scott afirma que apesar dos vários questionamentos em torno da ideia da mulher trabalhadora por parte da sociedade europeia do século XIX, as mulheres sempre trabalharam fora do espaço da casa e que a “mulher trabalhadora” foi um produto da revolução industrial, cuja visibilidade representava um problema. Debatia-se a conveniência, a moralidade e até a legalidade das suas atividades assalariadas.

Isso implica discutirmos o trabalho como algo fundamental para essas mulheres, não só porque garantia a sua sobrevivência material imediata, mas por ampliar as redes de solidariedade e propiciar múltiplas relações. Também não é menos importante lembrar que o trabalho é um importante mecanismo de disciplinamento dos corpos no sentido de criar uma cultura de comportamentos socialmente esperados.

Nesse contexto pós-abolição é importante pensar em perspectiva o que é ser uma mulher trabalhadora. Durante a escravidão o estatuto ‘trabalhador’ associava-se necessariamente a população africana e seus descendentes, ao que parece não ter poder sobre o seu tempo e sobre a sua força de trabalho impedia os indivíduos de serem percebidos como trabalhadores evidenciando uma moral negativa da noção de ‘trabalhador’. Não é evidente se é ruim ser trabalhador no Brasil porque o trabalho está associado á escravidão, ou ser trabalhador é tão ruim que só poderia ser associado a escravidão.

É perceptível que uma visão não muito positiva do trabalho afetasse o que se pensava sobre a mulher trabalhadora. A noção do trabalho como algo desqualificador e inferior passível de ser tracejado no Brasil escravista, associa-se a outra mais positiva quando precisa incorporar o imigrante europeu. Neste sentido o discurso sobre o trabalho precisava ser reelaborado para incorporar os imigrantes brancos europeus. A noção de trabalho vai se adequando às mudanças na conjuntura e às novas necessidades da sociedade.

Importa salientar que a população negra continuou a herdar uma dada noção de trabalho associada a inferioridade. Durante a escravidão havia uma naturalização da associação do trabalho ao escravizado, o que impunha aos livre e libertos uma vida e uma liberdade precárias, com, por exemplo, riscos de reescravização. Essa noção que atrela o trabalho ao inferior se opõe àquela que afirma que alguns poucos nasceram para pensar e dominar.

Em 27/05/1905 Rossini Junior, um articulista do DN, evidenciava o que pensava sobre os trabalhadores e os intelectuais numa coluna chamada “filosofia popular”. Ele mostrava o seu interesse sobre o cotidiano e a classe trabalhadora. Por suas palavras é possível ver uma população que vivia ativamente o cotidiano da cidade e que era vista e ouvida por parte significativa da sociedade.

“[...]A rua era toda movimentos, trabalho, vida.

Trabalhadores, uns pretos possantes, rolavam barricadas pelas ruas, enquanto outros impeliam carros, cheios de volume de mercadorias diversas. Além, defronte, dois criolos eram sossegadamente sentados sobre tamboretas, entretendo-se ao ‘jogo de damas’. Acolá, numa porta sentado ao primeiro degrau da escada, um homem do povo, carregador de profissão, tinha sobre as pernas um prato de apetitosa papazana, que lhe ia devorando a grossos bocados. [...]”

Evidente é a importância dada ao aspecto físico das pessoas, eram “pretos possantes”, fortes, que “rolavam barricadas” e “impeliam carros”, essas características reforçavam a associação à natureza, a força e o pouco uso da racionalidade. Ao longo da sua escrita é transparente a hierarquização do trabalho desenvolvido pelos “subalternos”.

Sabemos que durante a escravidão muitos são os relatos que também descreviam ações de escravizados, libertos e livres mercando e realizando diversos trabalhos nas ruas. Ao que parece 17 anos após o fim da escravidão, a paisagem do serviço na cidade não mudou muito, pelo menos em relação a quem trabalhava nas ruas, mesmo considerando menos escravizados que livres e libertos numa sociedade eminentemente escravista.

Na perspectiva de Rossini, as mulheres compunham esse cenário de forma coadjuvante, apesar do quase silenciamento sobre as suas ações, é um forte indicativo do trabalho que desempenhavam, o de vendedoras de alimentos, frutas ou os acepipes. Em suas palavras, “mulheres, por sua vez, iam e vinham, de um lado para outro, gamelas à cabeça, apregoando em vozes altas o seu mercado de frutos e de acepipes africanos”.

Para Rossini aqueles trabalhadores e trabalhadoras estavam felizes com o que faziam e o lugar que lhes eram destinados, eles tinham um “contentamento sadio, alegre”, estavam satisfeitos com o que tinham, seriam os trabalhadores ideais para o Brasil.

“[...] Ao passo que os homens de inteligência cultivada doa-se a toda a sorte de afanosos labores mentais, fazem mil castelos, correm atrás de mil sonhos, encarreiram até pelos desfiladeiros do crime, numa porfia insana e inglória por uma felicidade mal concebida, por aqueles espíritos simples, afeitos ao trabalho rude, entregam-se despreocupadamente a sua faina cotidiana, de onde tiram o seu próprio prazer, inócuo, puro e restaurador!

As “grandezas” eram reservadas aos intelectuais. Os trabalhadores eram homens humildes e os mais felizes dos mortais. Viviam apenas para satisfazer suas necessidades básicas e não almejavam ser/ter mais. Provavelmente para Rossini aquele povo era feliz porque não tinham os problemas da civilização, estavam numa escala hierárquica mais baixa, portanto, distante da humanidade. Provavelmente, outro tipo de humano.

Vemos por outros meios a divisão que Platão nos trouxe, os que podiam governavam e os que não, sustentavam a si e a os outros, usando a força dos seus corpos, não a inteligência. Os intelectuais estavam sempre desesperados por compreender o seu mundo, levava ao extremo o “fardo do homem branco”, que precisava pensar por si e pelos incapazes. Lembremos que argumento também justificou e sustentou a exploração do continente africano pelo europeu. Para Rossini

“Nós outros, os intelectuais vaidosos, somos a todo o instante perseguido por um pesadelo constante, eterno, macabro, em aventura a cada passos nos foge, numa zombaria satânica, num sarcasmo prenhe de ridículo. [...] Não sucede o mesmo áquel’outros, os homens simples, os rústicos, os filhos do trabalho”.

“Os “filhos do trabalho”, uma divisão precisa entre os que nasceram para mandar e os que nasceram para obedecer. Uma questão me deixa curiosa, é o trabalho que faz dos homens uns rústicos? Por outro lado, a falta de trabalho faria dos homens seres inteligentes? É interessante observar o que se pensava sobre o trabalho, e neste está bem transparente a divisão entre os que usam a força física para desempenhar uma função e o trabalho intelectual, ao que tudo indicava, visto como não trabalho.

O trabalho manual estava, geralmente, associado às classes mais empobrecidas, ao homem sensual, aquele que segue os sentidos em oposição a um outro individuo percebido como racional e que tem sob controle, a emoção. Para Rossini os “filhos do trabalho” terminavam o dia exaustos, desafogavam na pinga, iam a um samba, voltavam

para uma cama pobre buscando as carícias de uma mulher, isso era tudo o que almejavam, uma “felicidade rude, mas realmente invejável”. Ao que parece o trabalho, além de não dignificar era uma forma de controle sobre o indivíduo.

A questão do trabalho e dos trabalhadores fica ainda um pouco mais transparente quando em 22 de outubro de 1906 o DN publica um texto sobre a “Colonização nos Estados do Norte XII” e nos apresentando uma visão geral sobre os trabalhadores, os nacionais, os europeus e os asiáticos e suas adequações e inadequações à sociedade brasileira. Falava-se em “levantar a agricultura [...] com o concurso do elemento estrangeiro”, o elemento europeu, “os indivíduos civilizados não poderão trabalhar de pés descalços [...] eles que conhecem os mais modernos e os mais aperfeiçoados instrumentos agrários”. Para Ervídio Velho o trabalhador estrangeiro não poderia ser tratado da mesma forma que se tratou os escravos, nem como se tratava os nacionais, ao que parece 18 anos após a escravidão o tratamento dispensado aos nacionais não tinha se modificado. Trabalhar descalços era um indício das sobrevivências do mundo da escravidão.

O europeu seria o tipo de trabalhador ideal para o Brasil, se não fosse possível, poder-se-ia ficar com o nacional que já estava “acostumado” ao trabalho, mas a mão de obra asiática deveria ser rejeitada, por serem eles “degenerados”, vejamos:

“[...] repelimos esse imigrante degenerado, ignorante, supersticioso, porque reconhecemos nele um elemento de atraso, de estacionamento, de desorganização para as industriais e para o país. [...] Ele adaptar-se-ia facilmente á agricultura dos estados setentrionais; mas os efeitos produzidos pelo contato dessa raça degenerada trariam ao país a consequência inevitável do seus merecidos serviços[...].”

Segundo Ervídio Velho os nacionais poderiam ser muito úteis ao país por ter vivido sob a escravidão, “instruir essa gente que gemera por muito tempo sob o jugo nefasto da mais negra das instituições humanas; esses homens que obscureceram as suas faculdades no fundo escuro e infecto das senzalas”. Ter sido escravizado ao que parece tornava esse trabalhador melhor, talvez mais maleável e mais fácil de controlar, talvez por ter tido o seu “caráter corrompido” “por causa da sua posição infamante de escravo. Esses homens poderão ser muito úteis ao país”. É importante evidenciar a lógica da argumentação, a

escravidão era aviltante ao mesmo tempo em que possibilitaria ao trabalhador nacional ser muito útil ao país.

Para Ervídio Velho “a escravidão cooperou poderosamente para o desequilíbrio da nação inteira. Ela inoculou no organismo da sociedade brasileira o vírus da subserviência e da nação”. Talvez, por isso, Ervídio achasse que o nacional fosse melhor que o asiático por ser mais fácil de controlar, a subserviência parecia moldar a concepção sobre o trabalhador. E principalmente, definia o lugar correto que estes deveriam ocupar na sociedade

Estas ideias nos lembram parte de um antigo debate historiográfico segundo o qual houve no Brasil uma substituição dos trabalhadores escravizados pelos imigrantes após o fim da escravidão (LARA, 1998). Nessa perspectiva uma dada concepção de história do trabalho e dos trabalhadores concentrou-se basicamente no século XX, séculos de trabalho antes desse período ficaram obscurecidos por uma ideia que não conseguia pensar o trabalho de escravizados, livres e libertos como importantes para a sociedade.

Apesar do discurso definir o trabalho de europeus como o desejado, a realidade, ao que tudo indicava, definia que as elites deveriam se satisfazer com os nacionais, pelo menos nos Estados do Norte. É flagrante certeza de que não havia chances de os europeus substituírem os antigos africanos e seus descendentes no trabalho efetivo.

Aqui o texto deixa implícito que ocorria na sociedade um grande debate sobre a possibilidade dos asiáticos serem utilizados para a realização do trabalho no Brasil, no entanto, a crença geral era que estes eram povos inferiores, bárbaros, sujos, de “cor”. Os “amarelos” não eram visto como tendo potencial de melhora a raça no Brasil, não tendo a capacidade de alterar positivamente a índole do trabalhador brasileiro (REIS, 2000), dessa forma, era melhor lidar com os nacionais, que eram “inferiores” também mas que já estavam acostumados as “nossas” elites.

Esse discurso sobre o trabalho e sobre o trabalhador contribuiu com uma desvalorização das diversas tarefas realizadas pela população negra. Com ação impactante na vida dos trabalhadores da cidade. Com presença marcante na cidade, a população negra foi alvo de várias denúncias pelos jornais que iam do seu modo de vida, dos seus festejos, da sua

religião, qualquer ação motivava denúncias e perseguições, tudo em nome de uma concepção de civilização que privilegiava as origens europeias, a forma como essa população sobrevivia também sofria críticas.

Nesses múltiplos discursos sobre o trabalho nos reservamos a pensar sobre a mulher, especialmente, aquela em que a experiência dos recentes anos da escravidão ainda não se faz uma realidade muito distante.

É importante evidenciar que dentre as muitas concepções que circulavam na sociedade havia uma ideia geral de as mulheres eram frágeis, que precisavam de cuidados dos homens, que não tinham a capacidade de discernimento, entre outros atributos. Sobre as mulheres havia uma eterna vigilância, sobre o seu corpo, sobre a sua sexualidade, sobre a sua moral. Estas percepções atingiam as mulheres de forma diferente a partir da raça e da classe.

Nesse composto da mulher está uma ideia de mulher universal que guarda pouca referência com as mulheres negras, já que elas eram as que estavam diariamente nas ruas fazendo todos os tipos de trabalhos e dificilmente poderiam ser chamadas de frágeis.

As mulheres desenvolviam várias atividades produtivas nos mais diversos locais da cidade, ruas e casas, e estavam sujeitas, muitas vezes a violência, ou minimamente, a sofrer por causa do trabalho que desempenhavam. Elas construía em áreas que não deveriam e por isso foram multadas, elas vendiam em tabernas e fecharam depois do período regulamentado, elas mataram porcos e venderam a tarde, quando só poderiam tê-lo feito pela manhã. Estas infrações nos mostram, mesmo que marginalmente, o quanto essas mulheres podiam ser subversivas e resistentes.

A documentação produzida pela Câmara Municipal de Salvador da última década do século XIX nos proporciona um diálogo com várias mulheres que, por exemplo, se recusavam a pagar multa por ter infringido uma determinada norma de regulamentação do espaço público. As infrações e as notícias do Diário de Notícias nos deixam antevê que as mulheres trabalhavam em toda a cidade e tinham ocupações variadas além de não se submeterem facilmente.

A ocupação da cidade é atravessada por diversos interesses que explicitam as relações de poder. Ocupa os melhores lugares os que tem as melhores relações. As mulheres ocupavam os espaços das vias públicas como as feiras, tabernas, quitandas e os espaços do mundo privado alheio ao seu, como as casas. É dentro desse perímetro, onde cabe toda a cidade, que as mulheres disputavam no cotidiano com vendedores e vendedoras, com agentes municipais, policiais e outros para construir formas diversas de sobrevivência que reafirmavam a sua humanidade contra perspectiva desumanizadora.

Assim, é importante ter em mente que o ‘trabalho’ teria que ser realizado de qualquer forma, mas não por qualquer pessoa. O DN de 1904 nos mostra que várias trabalhadoras eram meninas com idade entre 10 e 16 anos, algumas trazidas do interior da Bahia ou de outros estados para Salvador com a justificativa de serem cuidadas por parentes ou conhecidos. Em troca pelos cuidados elas ajudariam as famílias que as receberiam, desempenhando diversas funções dentro das casas, cuidados, comida e dormida por trabalho, ao que parece era vista como uma troca justa.

As várias notícias demonstram que a sociedade sobrevivia com o trabalho infantil, que esse serviço tinha repercussão no cotidiano das famílias e mais que o mundo da escravidão não mais existia, mas ainda era pensado como base para as relações trabalhistas. São notícias que perpassam acidentes, roubos, fugas, tentativas de homicídios e outros motivos que causaram danos aos seus patrões/cuidadores.

Assim, não sabemos os motivos que levaram Maria Ferreira, 12 anos, a tentar furtar os seus patrões e incendiar a casa, como consequência foi retida no distrito policial e encontrava-se sem alimentação e sem assistência, o que motivou a notícia em 12 de fevereiro de 1904. Já Elisa Maria da Conceição, parda, 12 anos, “veio de Sergipe para Salvador acompanhado de Amado de tal, que prometera à mãe arranjar-lhe um emprego”, mas na casa que se encontrava, no Rio Vermelho, foi maltratada e fugiu” é o que registra em 10/11/1904. Nos deparamos ainda com Virginiana Maria da Conceição, parda, 10 anos, que ao fazer o trabalho de costura feriu-se com agulha, dando entrada ao Hospital Santa Izabel em 27/12/1904.

Estes não foram os únicos casos de meninas que trabalhavam nas “casas de famílias”, ao que parece era absolutamente normal ter crianças trabalhando em serviços domésticos, o

que não era visto como um problema ou uma inadequação, assim como era normal que crianças fizessem vários trabalhos, foi assim durante a escravidão e, ao que tudo indicava, continuava a ser assim no pós-abolição.

Nos casos acima destacamos a própria ideia de trabalho associado às crianças e a precariedade da vida destas. Esse tipo de trabalho que indica a exaustão física, o pesado, o não raciocínio foi associado a população negra desde a mais tenra idade. A partir dessas notícias é possível perceber a existência precária das meninas, seja por furto, fuga ou acidente a sobrevivência era no mínimo difícil. A sensibilidade social que afirmava a infância como um momento especial do desenvolvimento humano, já é presente na sociedade baiana nesse início do século XX, no entanto, é necessário fazer o recorte de raça e classe para compreendermos os contornos da ideia de infância e a sua relação como o trabalho.

Dessa forma o trabalho era visto como uma realidade inquestionável para a população mais pobre, sendo esperado que pudessem trabalhar desde cedo, por exemplo, como domésticas nas casas dos mais abastados da cidade. Essa percepção sobre o trabalho desenvolvido pelas crianças é provável que encontre eco numa sociedade que saiu a pouco do mundo escravista, que ainda é influenciada pelas noções compulsórias de trabalho. Mesmo que este não mais seja uma realidade concreta, vemos um *continuum* da concepção de “trabalho escravo” na era da liberdade. Ainda persistia uma concepção que definia um comportamento.

As mulheres tinham as suas filhas e, para garantir melhores condições para elas, transferiam as suas guardas para que famílias mais abastadas “cuidassem” delas, eram as Catarina, que serviam àquelas às vezes por toda a sua vida e viravam “da família”, já que muitas mulheres cresciam nessas famílias e não se casavam e se tornavam “moças velhas” (SANCHES, 1998). É possível pensar nos arranjos que homens e mulheres fizeram para sobreviver numa sociedade que definia, a partir do perfil racial, a ocupação de postos de trabalho e do “salário” a receber.

Muitas mudanças ocorreram, o estatuto do indivíduo mudou, mas o trabalho continuou a ser basicamente o mesmo. Ainda eram os trabalhadores em funções subalternas que resolviam os problemas do cotidiano. Consideremos que durante a escravidão livres,

libertos e escravos podiam fazer os mesmos trabalhos e muitas vezes ao mesmo lado (João Reis, 2008).

No desenvolvimento dos seus trabalhos as mulheres, às vezes, entram em conflitos. Estes conflitos nos dão diversas pistas de como viviam e como desenvolviam os seus ofícios. Muitas vendiam alimentos, como é o caso de Idalina que se recusa a pagar para a municipalidade uma multa de 4 mil réis por “se achar com as conchas da balança bastante suja”. Já Alaíde Veridiana, foi multada pelo menos duas vezes em 1896, uma vez em 4 mil réis por estar com a “tina de lavar copos e as conchas da balança bastante sujas”, depois em “40 mil réis por suas conchas e pesos da balança estarem irregular”.

Idalina e Alaíde comerciavam alimentos e ao que parece eram conhecidas dos funcionários que buscavam regular o mercado de viveres na cidade. Uma cidade que buscava se desafricanizar e se europeizar precisava controlar o máximo possível as mulheres que circulavam nas ruas da cidade¹.

Já Constância, multada por estar com as portas e janelas da sua taberna aberta após as 18:30, e Rosa de Carvalho, com depósito de charque, multada por “rolar barricadas pelas ruas” quebravam duas normas do que se esperava do ideal de mulher, trabalhava numa taverna e rolavam pesos pelas ruas. Aquela cidade que precisa se europeizar tinha continuamente obstáculos, vez ou outra intransponíveis.

No desenvolvimento do trabalho também destacamos o contexto muitas vezes violento a que essas mulheres eram submetidas. Em alguns momentos a violência se dá no espaço de suas casas, geralmente, envolvendo seus amásios e maridos.

Maria Celestina, crioula de 26 anos, engomadeira, cujo companheiro com ciúmes a agrediu com canivete, quando ela o expulsara de casa. Daí podemos depreender que ela era, possivelmente, a dona da casa e que dependia dos seus próprios recursos para sobreviver, mas que vivia numa relação em que mediava permanentemente com o seu companheiro as suas ideias e práticas de autonomia.

O DN relata em 12/03/1904 que uma mulher sofreu uma tentativa de assassinato por parte de seu amásio por ciúmes, ao falar para este que teria que dormir na casa dos patrões. Já

¹ Arquivo Municipal de Salvador. Caixa 01 Intendência. Processos auto de infração – 1893-1927.

“Júlia de tal, simpática rapariga branca, 22 anos, empregada em serviços domésticos” vivia a reclamar que o seu amado não cumpria com seus deveres e termina também sendo agredida por ele em 16/12/1904.

Nesses dois casos as mulheres que sofreram violência dos seus amados eram trabalhadoras domésticas, mas algo nos chama a atenção, Júlia de tal tinha plena consciência de que podia exigir do seu amado algo que ela achava que era um direito seu. Esta é a única notícia que encontramos em que uma mulher define qual era o seu direito com palavras, acredito que ser branca, ou ser vista como tal dá a essa mulher uma perspectiva de direito que as mulheres negras tinham mais dificuldades de obter.

Há casos como o de Feliciano Maria da Conceição, parda de 32 anos, cozinheira, registrado em 27/10/1904 pelo DN, que se acidentou ao decepar o dedo na cozinha, o que a deixou sem poder exercer o seu trabalho. Como esta são várias as notícias de acidentes nos locais de trabalho, a maioria encaminhada ao Hospital Santa Izabel

Encontramos ainda notícias que evidenciam a ação da repressão policial às mulheres cujo trabalho nem sempre era fácil de precisar, às vezes eram identificadas como “mulheres de vida fácil” como é o caso noticiado em 12/02/1904, mesmo quando o seu ofício é reconhecido, como é o noticiado em 13/12/1904, que fala de uma cozinheira que recebeu duas facadas, o texto sugere uma mulher de moral questionável.

Notícias como essas nos revelam as múltiplas formas de sobrevivência que a população constrói para si, também é possível perceber as várias possibilidades de relações de poder que elas estabeleciam.

O cenário que compunha o trabalho nesse período perpassava por homens e mulheres que foram concebido como os que desenvolviam atividades subalternas. Por mulheres que trabalhavam desde a infância e que precisavam encontrar formas de sobreviver numa realidade muitas vezes violenta. Moldava-se uma concepção de trabalho que contrariava a noção de natural servidão associada a população de origem africana, uma concepção em evidenciava-se as contestações cotidianas e as diversas formas de controle sobre a população na cidade.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Mariana P. e Rodrigues, Eugénia. “O racismo tem uma história” – Entrevista com Silvia Hunold Lara. *Revista Estudos Ibero-Americanos* – v. 44, n. 3, 2018

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. [Dis. Mest]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História*. São Paulo, (16), fev. 1998.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008. 463

REIS, Meire L. A. *A Cor da Notícia*. Discursos sobre o negro na imprensa baiana. Salvador 1888 a 1937. [Dis. Mest] Salvador/Ba. UFBA. 2000

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950*. [Dis. Mest], Salvador-Ba, UFBA, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão - Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SCOTT, Joan. "A mulher trabalhadora". In: FRAISSE, Genevieve; PERROT, Michelle (Orgs.). *A história das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Tradução: Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 443-475.

SOARES. Cecília Maria. “Mulher Negra na Bahia do século XIX. [Dis. Mest], UFBA, Salvador-Ba. 1994.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019